

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense ("Companhia") é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob as siglas "CTSA3" e "CTSA4". A Companhia é controlada pela Oxford Comércio e Participações S.A. ("Oxford") e sediada na avenida Osmane Barbosa, número 1235, em Montes Claros, MG. A Companhia e suas controladas têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. A Companhia possui ainda a controlada operacional, Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda., cujo objetivo é a administração de imóveis não operacionais da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 5 de abril de 2019.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional das suas controladas a Administração considerou qual a

moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais do instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de Instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou

- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(f) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios,

deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(g) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pela controlada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente.

(h) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(i) Propriedades para investimento-- São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do exercício.

(j) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e Equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (PCHs)	15 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(k) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(l) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável. As perdas decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do exercício.

(m) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34%

sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(n) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(o) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(p) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(q) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(r) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(s) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda e determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Santanense Empreendimentos”) e Santanense Argentina S.A., das quais possui 100% do capital social.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações financeiras da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 31 de dezembro de 2018, de R\$0,1028 (R\$0,1774 em 31 de dezembro de 2017) e pela média mensal para as contas de resultado.

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente

A Companhia não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras em adequação ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, uma vez que a receita já era reconhecida quando do cumprimento da obrigação de desempenho.

CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros

A Companhia adotou a norma a partir de 1º de janeiro de 2018 e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de impairment, ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras, sendo aplicada somente a classificação dos ativos financeiros nas categorias previstas.

IFRIC 22 - Transações em moedas estrangeiras e adiantamentos

A IFRIC 22 aborda como deve ser definida a “data da transação”, com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários (por exemplo, depósito não reembolsável ou receita diferida). A Interpretação especifica que a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente ativos ou passivos não monetários resultantes do pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada. Em caso de vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Interpretação requer que a entidade determine a data da transação para cada pagamento ou recebimento de contraprestação antecipada. A Companhia não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras em adequação a esta interpretação.

- b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2018. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 - Leasing, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente

inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - Income Taxes, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, os efeitos referentes à aplicação destes pronunciamentos não foram estimados e por esse motivo os impactos não estão sendo divulgados.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos bancários	1.463	3.761	1.463	3.761
Operações compromissadas	729	2.751	754	2.808
Depósitos no exterior	-	-	1	3
Cambiais a liquidar	2.363	8.216	2.363	8.216
	-----	-----	-----	-----
	4.555	14.728	4.581	14.788
	=====	=====	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Clientes no mercado interno	100.798	89.708
Clientes no mercado externo	30.643	23.420
	-----	-----
	131.441	113.128
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(17.862)	(16.090)
	-----	-----
	113.579	97.038
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 92 dias (81 dias em 31 de dezembro de 2017).

Os valores vencidos estão apresentados abaixo e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída.

A Companhia possui mais de 3.100 clientes ativos em 31 de dezembro de 2018 e apenas um cliente representa 5% ou mais da receita de vendas ou do contas a receber. A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento é como segue:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	101.495	83.766
Vencidas até 30 dias	5.087	5.888
Vencidas de 31 a 60 dias	3.404	1.325
Vencidas de 61 a 90 dias	413	1.640
Vencidas de 91 a 180 dias	515	262
Vencidas acima de 180 dias	20.527	20.247
	-----	-----
	131.441	113.128
	=====	=====

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	(16.090)	(14.746)
Adições	(1.772)	(1.413)
Baixas	-	69
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(17.862)	(16.090)
	=====	=====

A Companhia não identificou necessidade de ajustar a valor presente o saldo das duplicatas a receber.

5. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Matérias-primas e secundários	26.066	19.003
Produtos em elaboração	25.162	21.446
Produtos acabados	42.409	24.001
Peças de reposição	25.329	23.346
	-----	-----
	118.966	87.796
	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Referem-se a pagamentos efetuados pela controladora indireta à fornecedores de algodão, repassados para a Companhia.

6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Patri- mônio	Partici- pação	Resultado do	Total dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	líquido	- %	exercício	2018	2017	2018	2017
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. (*)	36.386	100	(21)	36.386	7.588	(21)	(279)
Santanense Argentina S.A.	(81)	100	(26)	(81)	(105)	(26)	(34)
				-----	-----	-----	-----
				36.305	7.483	(47)	(313)
				=====	=====	=====	=====

(*) Em 28 de dezembro de 2018, a controlada distribuiu dividendos no valor de R\$5.000 que foram creditados em conta corrente de mútuo.

7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

No exercício de 2018, a controlada Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a instalação de loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna e Pitangui, em Minas Gerais. A controlada irá ceder seus terrenos para a instalação destes loteamentos, em contrapartida à 36,5% de participação no valor total de vendas do referido projeto, líquidos de impostos e comissões de venda.

Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica “Propriedades para investimento”, avaliados ao valor justo.

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2018. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m2 de imóveis similares na região e área dos imóveis.

A diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários no valor de R\$ 2.441, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado. Os valores apurados foram os seguintes:

	2018
Custo residual dos terrenos	1.276
Mais valia apurada	36.260

Valor justo	37.536
	=====

8. IMOBILIZADO

	Taxa (*) %	Controladora e consolidado			
		2018		2017	
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	-	1.440	-	1.440	1.440
Edifícios	2,5	57.599	(29.932)	27.667	28.383
Instalações	6,5	57.770	(40.291)	17.479	18.549
Máquinas e equipamentos	6,6	210.887	(142.093)	68.794	74.285
Usina (CTS)	4,0	19.223	(10.089)	9.134	9.307
Móveis, utensílios e outros	12,7	10.607	(8.971)	1.636	1.756
Obras em andamento	-	8.074	-	8.074	4.698
		-----	-----	-----	-----
		365.600	(231.376)	134.224	138.418
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: “tecidos planos”.

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instala- ções	Máquinas e equipa- mentos	Usina CTS	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.440	29.404	19.305	81.230	8.844	2.127	2.870	145.220
Adições	-	-	46	662	1.016	202	3.746	5.672
Baixas líquidas	-	(27)	(56)	(818)	(1)	(77)	(54)	(1.033)
Transferências								
- Imobilizado	-	297	1.027	527	1	12	(1.864)	-
Depreciação do exercício	-	(1.291)	(1.773)	(7.316)	(553)	(508)	-	(11.441)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.440	28.383	18.549	74.285	9.307	1.756	4.698	138.418
Adições	-	-	35	503	403	331	6.331	7.603
Baixas líquidas	-	-	-	(58)	-	(111)	(279)	(448)
Transferências								
- Imobilizado	-	574	731	1.304	-	67	(2.676)	-
Depreciação do exercício	-	(1.290)	(1.836)	(7.240)	(576)	(407)	-	(11.349)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.440	27.667	17.479	68.794	9.134	1.636	8.074	134.224
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores no mercado interno	16.983	19.293	16.978	19.302
Fornecedores no mercado externo	447	234	473	275
Partes relacionadas	-	3.509	-	3.509
	-----	-----	-----	-----
	17.430	23.036	17.451	23.086
	=====	=====	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 19 dias (26 dias em 31 de dezembro 2017).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	Controladora e consolidado	
				2018	2017
Moeda estrangeira:					
Banco Safra S.A	US\$	6,0	2019	19.858	-
Banco Industrial do Brasil S.A	US\$	7,7	2019	3.921	-
Banco Itaú Unibanco S.A	US\$	6,8	2019	12.821	-
Banco do Brasil	US\$	6,8	2018	-	35.416
				-----	-----
				36.600	35.416
Moeda nacional:					
Banco ABC do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	3,0	2019	4.918	-
Banco do Brasil - Finame	R\$	2,5 a 5,5	2023	2.317	3.108
Banco Bradesco - Finame	R\$	4,5	2019	140	281
Banco Votorantim - Finame	R\$	3,5	2019	54	707
Banco Fibra - CCE	R\$	15,8	2022	4.065	13.775
Banco do Brasil - CDC	R\$	9,0 a 9,5	2019	18.006	19.154
BDMG S.A.	R\$	7,3 + CDI	2019	9.032	17.731
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,2 e 4,4 + CDI	2021	84.460	60.167
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	4,7 + CDI	2019	12.581	-
Banco do Brasil S.A. - CCB	R\$	127,5 do CDI	2021	73.349	-
Banco Fibra - CCE	R\$	6,3 a 6,5 +CDI	2020	26.099	-
Banco Pine S.A	R\$	6,3 + CDI	2019	15.063	-
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	157,8 do CDI	2018	-	20.000
Banco Bradesco - CCB	R\$	135,0 e 137,5 do CDI	2018	-	7.445
Banco Bradesco - Capital de giro	R\$	5,0 + CDI	2018	-	14.985
				-----	-----
				250.084	157.353
Total				-----	-----
Circulante				286.684	192.769
				(173.856)	(136.093)
				-----	-----
Não circulante				112.828	56.676
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por garantias bancárias e aval no montante de R\$266.167 (R\$169.519 em 31 de dezembro de 2017).

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2019	2020	2021	2022 e 2023	Total
Moeda estrangeira:					
Banco Safra S.A	19.858	-	-	-	19.858
Banco Industrial do Brasil S.A	3.921	-	-	-	3.921
Banco Itaú Unibanco S.A	12.821	-	-	-	12.821
	-----	-----	-----	-----	-----
	36.600	-	-	-	36.600
Moeda nacional:					
Banco ABC do Brasil S.A. (conta garantida)	4.918	-	-	-	4.918
Banco do Brasil - Finame	791	672	410	444	2.317
Banco Bradesco - Finame	140	-	-	-	140
Banco Votorantim - Finame	54	-	-	-	54
Banco Fibra - CCE	3.255	-	-	810	4.065
Banco do Brasil - CDC	18.006	-	-	-	18.006
BDMG S.A.	9.032	-	-	-	9.032
Banco ABC do Brasil S.A.	22.249	32.502	29.709	-	84.460
Banco Safra S.A. - CCB	12.581	-	-	-	12.581
Banco do Brasil S.A. - CCB	29.401	29.247	14.701	-	73.349
Banco Fibra - CCE	21.766	4.333	-	-	26.099
Banco Pine S.A	15.063	-	-	-	15.063
	-----	-----	-----	-----	-----
	137.256	66.754	44.820	1.254	250.084
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	173.856	66.754	44.820	1.254	286.684
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos empréstimos foi como segue:

	2018	2017
Saldo em 31 de dezembro de 2017	192.769	151.215
Novas captações ou renovações	275.821	158.548
Juros provisionados	23.135	20.389
Amortização de principal	(183.851)	(120.090)
Pagamento de juros	(25.385)	(17.298)
Variação cambial	6.390	35
Encargos antecipados, líquidos	(2.195)	(30)
	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2018	286.684	192.769
	=====	=====

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está representado como segue:

	Nº de ações
Ordinárias	38.041.111
Preferenciais:	
PN	1.256.792
PND	1.227

	39.299.130
	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2018.

Todas as ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe "D" não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	71.788	19.944
Reserva legal	(3.589)	(997)
Subvenção para investimento	(12.328)	-
	-----	-----
Lucro líquido ajustado	55.871	18.947
Dividendos mínimos obrigatórios	13.968	4.737
Dividendos intermediários pagos no exercício	(1.380)	(1.179)
Saldo de distribuições anteriores	1.258	333
	-----	-----
Saldo de dividendos a pagar	13.846	3.891
	=====	=====

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os dividendos mínimos obrigatórios totalizaram R\$13.968, equivalentes à R\$0,35428404 por ação ordinária e R\$0,38971245 por ação preferencial e preferencial classe "D" em circulação e devem ser reduzidos pelos dividendos intermediários já pagos.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovada a distribuição dos dividendos propostos para todos os acionistas da Companhia com posição naquela data, para pagamento a partir do dia 16 de maio de 2018. Dos dividendos propostos, foi deduzida a parcela de R\$1.179, já distribuído como dividendo intermediário, conforme deliberado pela RCA de 12 de dezembro de 2017, restando um saldo de R\$3.558 correspondendo a R\$0,09023995 por ação ordinária e R\$0,09926394 por ação preferencial e preferencial classe "D".

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de maio de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos na forma do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia no valor total de R\$77.000, à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para todos os acionistas da Companhia com posição acionária em 18 de maio de 2018, correspondendo a R\$1,95307883 por ação ordinária e R\$2,14838672 por ação preferencial e preferencial classe "D", com pagamento a partir do dia 30 de junho de 2018. Os dividendos foram pagos a partir do dia 2 de julho de 2018. A parcela correspondente ao acionista controlador, direto e indireto, no valor de R\$67.528 foi totalmente reduzida do saldo de mútuo com a Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 11 de dezembro de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, na forma do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia no valor total de R\$1.380, para todos os acionistas da Companhia com posição acionária em 14 de dezembro de 2018, correspondendo a R\$0,0350 por ação ordinária e R\$0,0385 por ação preferencial e preferencial classe "D". Os dividendos foram pagos a partir do dia 26 de dezembro de 2018.

A movimentação do saldo de dividendos a pagar foi como segue:

	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.891
Dividendos aprovados em 15 de maio de 2018	77.000
Dividendos mínimos obrigatórios (exercício de 2018)	13.968
Dividendos pagos	(11.894)
Dividendos creditados com mútuos	(68.836)
Dividendos prescritos	(283)

Saldo em 31 de dezembro de 2018	13.846
	=====

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de benefícios fiscais

A reserva de isenção de impostos foi constituída com base na parcela do lucro líquido referente redução do imposto sobre a renda para a unidade fabril localizada na região da SUDENE e créditos fiscais estaduais.

12. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2018	2017	2018	2017
Controladora:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	12.199	107.132	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	1.839	-	-	4.805
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	1.268	2.360
	-----	-----	-----	-----
	14.038	107.132	1.268	7.165
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	12.199	107.132	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	1.839	-	-	4.805
Coteminas Argentina S.A.	-	-	73	90
	-----	-----	-----	-----
	14.038	107.132	73	4.895
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros	
	Receitas (despesas)	
	2018	2017
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	9.940	8.272
Oxford Com. e Partic. S.A.	(249)	(401)
Coteminas S.A.	560	112
Empr. Nac.Com.Rédito e Part. S.A. - Encorpar	-	(61)
	-----	-----
Total	10.251	7.922
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

Conforme descrito na nota explicativa nº 11.b, em 15 de maio de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos a todos os acionistas da Companhia. A CTNM, bem como a Oxford, creditaram seus dividendos à conta de mútuo com a Companhia em 2 de julho de 2018.

Em 2018, a Companhia adquiriu produtos intermediários da empresa do grupo, Coteminas S.A., no valor de R\$29.342 (R\$39.510 em 2017). As transações são efetuadas a preços de mercado. O saldo a pagar referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa nº 9. Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$7.500 estava contabilizado na rubrica “Adiantamentos a fornecedores” no ativo circulante, cujo fornecimento está previsto para os próximos meses.

Em 2018, a CTNM cedeu à Companhia créditos que possuía no valor de R\$35.055, sendo R\$23.455 apresentado em “Outros créditos a receber” no ativo circulante e R\$11.600 apresentado em “Outros créditos a receber” no ativo não circulante. Os créditos são garantidos pela CTNM e possuem atualização apurada pela variação da taxa P-Tax do dólar norte americano, acrescido de 5% ao ano, ou o custo de captação de empréstimos da Companhia, dos dois o maior.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a Companhia possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os seus escritórios. Em 2018, foram provisionados R\$466 (R\$454 em 2017) sob essa rubrica.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas chave da Administração.

13. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes dos impostos	102.187	21.104	102.430	21.206
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	47	313	-	-
Subvenção para investimentos	(12.328)	(10.835)	(12.328)	(10.835)
Outras, líquidas	234	(880)	234	(880)
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	90.140	9.702	90.336	9.491
Imposto de renda e contribuição social	(30.648)	(3.299)	(30.714)	(3.227)
Créditos fiscais não constituídos	154	2.000	(22)	1.826
Outras deduções	95	139	94	139
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(30.399)	(1.160)	(30.642)	(1.262)
	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro corrente	(897)	(3.103)	(1.140)	(3.205)
Impostos sobre o lucro diferido	(29.502)	1.943	(29.502)	1.943
	=====	=====	=====	=====

b. Impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos, registrados nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e de suas controladas e são compostos como segue:

	Reconhecidos		
	Saldos em 2017	no resultado	no patrimônio líquido
Imposto diferido ativo:			
Diferenças temporárias	5.530	(1.023)	-
Prejuízo fiscal, líquido	18.287	(519)	-
	-----	-----	-----
	23.817	(1.542)	-
Imposto diferido passivo:			
Propriedades para investimento (*)	-	-	(2.441)
Diferenças temporárias	-	(27.960)	-
	-----	-----	-----
Total do ativo (passivo) não circulante, líquidos	23.817	(29.502)	(2.441)
	=====	=====	=====

(*) Vide nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras.

A Companhia, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Controladora e consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2019	-	9.185	9.185
2020	-	5.224	5.224
2021	-	3.359	3.359
A partir de 2022	4.507	-	4.507
	-----	-----	-----
	4.507	17.768	22.275
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	16.643	18.009	16.643	18.009
Pis e Cofins a recuperar (*)	85.743	2.299	85.743	2.299
Imposto sobre valor agregado – IVA	-	-	107	80
Antecipação de impostos	3.944	2.924	3.948	3.015
IPI a recuperar	404	311	404	311
Outros	496	570	500	574
	-----	-----	-----	-----
	107.230	24.113	107.345	24.288
Circulante	(4.845)	(4.367)	(4.956)	(4.542)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	102.385	19.746	102.389	19.746
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui montante de R\$82.236 relacionado aos créditos de ICMS na base de PIS e COFINS. Vide nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras.

14. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$816 e R\$76, respectivamente (R\$8.333 e R\$162 respectivamente, em 2017).

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Processos fiscais:		
INSS	827	827
PIS e COFINS	702	3.265
Contribuição social	791	791
Imposto de renda	1.075	1.075
IPTU	38	67
Trabalhistas	531	570
Cíveis e outras	170	138
	-----	-----
	4.134	6.733
	=====	=====
Depósitos judiciais	8.262	8.387
	=====	=====

INSS--Discussão administrativa referente a lançamento fiscal contra Companhia.

PIS e COFINS--A Companhia é polo ativo em processos relacionados ao PIS e COFINS (R\$702).

Contribuição social--Ação anulatória de débito fiscal contra a União Federal com o objetivo de desconstituir glosa de retenções de IR na fonte e Embargos à Execução Fiscal cujo débito fora objeto de adesão ao REFIS nos termos da Lei 9.979/1999, não reconhecido pela Fazenda Nacional.

Imposto de renda--A Companhia questiona judicialmente a limitação de 30% nas compensações de prejuízos fiscais referentes ao ano calendário 1994.

IPTU--A Companhia é polo ativo em ação judicial questionando aumentos no valor do IPTU a partir do ano calendário 2014.

Trabalhistas--A Companhia é polo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2017	Adições	Baixas	Saldos em 2018
Processos fiscais:				
INSS	827	-	-	827
PIS e COFINS	3.265		(2.563)	702
Contribuição social	791	-	-	791
Imposto de renda	1.075	-	-	1.075
IPTU	67	-	(29)	38
Trabalhistas	570	77	(116)	531
Cíveis e outras	138	32	-	170
	-----	-----	-----	-----
	6.733	109	(2.708)	4.134
	=====	=====	=====	=====

15. RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal decidiu no *leading case* RE nº 574.706/PR, (acórdão publicado em outubro de 2017) pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em sede de repercussão geral.

Em maio de 2018, foi proferido acórdão pelo TRF da 1ª Região favorável à Companhia que, em juízo de retratação, deu provimento à apelação interposta, para determinar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O referido acórdão confere à Companhia o direito de restituir/compensar os tributos pagos indevidamente e o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir daquela data. Posteriormente, a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou seguimento ao recurso extraordinário interposto pela União e, transcorrido o prazo legal, a ação transitou em julgado em 2019.

A Companhia, amparada pelo posicionamento dos seus assessores técnicos e legais, entendeu que os créditos tributários em questão passaram a representar um ativo efetivo e praticamente certo nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico (R1) para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deixando de ser um ativo contingente já em 2018.

A Companhia reconheceu receita no valor de R\$82.236, referente ao período outubro de 2001 a julho de 2017, registrados na rubrica “Recuperação de impostos”.

Os créditos para fins de compensação estão sendo habilitados.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	4.555	14.728	4.581	14.788
Duplicatas a receber	113.579	97.038	113.579	97.038
Outros créditos a receber (c)	25.920	1.423	25.920	3.815
Partes relacionadas	14.038	107.132	14.038	107.132
Depósitos judiciais	8.262	8.387	8.262	8.387
Outros créditos a receber (nc)	11.600	836	11.600	2.912
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	173.856	136.093	173.856	136.093
Fornecedores	17.430	23.036	17.451	23.086
Outras contas a pagar (c)	7.279	7.444	7.279	7.596
Empréstimos e financiamentos (nc)	112.828	56.676	112.828	56.676
Partes relacionadas	1.268	7.165	73	4.895

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros-- Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	2.363	8.216
Duplicatas a receber	30.643	23.420
Outros créditos a receber	35.055	-
Fornecedores	(447)	(234)
Empréstimos e financiamentos	(36.600)	(35.416)
Outras contas a pagar	(1.560)	(1.248)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	29.454	(5.262)
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	7.601	(1.590)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2019	Baixa do Dólar	4.729	(220)	(4.747)	(9.273)
2020	Baixa do Dólar	2.872	496	(2.410)	(5.315)
		-----	-----	-----	-----
		7.601	276	(7.157)	(14.588)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa.

O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à CDI estão demonstrados na nota explicativa nº 10 e vencem substancialmente no curto prazo. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a exposição às variações de mercado nas taxas de juros do CDI, para os empréstimos contratados são como segue:

Descrição	2018			2017	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,3% Contraparte: BDMG S.A. Vencimento: novembro/2019	7.654	1.481	(103)	9.032	17.731
(referência à nota explicativa nº 10)				-----	-----
				9.032	17.731
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2021	16.371	78	-	16.449	17.529
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2021	18.710	89	-	18.799	20.034

Descrição	2018			2017
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2021	21.048	100	-	21.148
				22.604
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,2% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2021	18.710	89	(749)	18.050
				-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,4% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2021	10.000	14	-	10.014
				-
(referência à nota explicativa nº 10)				84.460
				60.167
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2019	5.000	71	-	5.071
				-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: setembro/2019	7.500	10	-	7.510
				-
(referência à nota explicativa nº 10)				12.581
				-
Contrato de empréstimo -- Juros: 127,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: junho/2021	75.000	189	(1.840)	73.349
				-
(referência à nota explicativa nº 10)				73.349
				-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2019	4.400	3	-	4.403
				-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: maio/2019	5.357	47	-	5.404
				-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,4% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: novembro/2019	3.208	23	-	3.231
				-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: junho/2020	13.000	61	-	13.061
				-
(referência à nota explicativa nº 10)				26.099
				-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2019	15.000	63	-	15.063
				-
(referência à nota explicativa nº 10)				15.063
				-

Descrição	2018			2017	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 137,5% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2018	-	-	-	-	4.180
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: julho/2018	-	-	-	-	3.265
(referência à nota explicativa nº 10)				-	7.445
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: dezembro/2018	-	-	-	-	14.985
(referência à nota explicativa nº 10)				-	14.985
	220.958	2.318	(2.692)	220.584	100.328

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2019	Alta do CDI	177.972	14.989	17.870	20.581
2020	Alta do CDI	81.348	7.345	10.185	11.832
2021	Alta do CDI	25.009	1.818	2.828	3.277

Os valores demonstrados nos cenários acima se referem à despesa de juros em seus respectivos cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos naquele ano.

O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários, considerando-se as taxas futuras do CDI e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito às suas aplicações financeiras e derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os valores dos passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto		
		Menos de 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos
Empréstimos e financiamentos	313.338	191.327	105.711	16.300
Fornecedores	17.451	17.451	-	-
Partes relacionadas	73	-	73	-
	-----	-----	-----	-----
	330.862	208.778	105.784	16.300
	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida consolidada da Companhia pode ser assim composta:

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	286.684	192.769
Caixa e equivalentes de caixa	(4.581)	(14.788)
	-----	-----
Total da dívida líquida	282.103	177.981
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	277.613	262.641
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	559.716	440.622
	=====	=====

17. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações consolidadas por região geográfica:

	2018	2017
Vendas líquidas:		
Brasil	375.189	370.097
Outros países	62.229	48.446
	-----	-----
	437.418	418.543
	=====	=====

18. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2018	2017
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(315.381)	(296.624)
Benefícios a empregados	(74.155)	(71.267)
INSS	(16.076)	(16.287)
Depreciação e amortização	(11.351)	(11.441)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	22.124	14.040
Outros custos e despesas	(1.772)	(1.344)
	-----	-----
	(396.611)	(382.923)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	(335.962)	(326.347)
Vendas	(36.031)	(33.384)
Gerais e administrativas	(21.024)	(20.160)
Honorários da administração	(3.594)	(3.032)
	-----	-----
	(396.611)	(382.923)
	=====	=====

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	524.025	507.114
Deduções das vendas	(86.607)	(88.571)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	437.418	418.543
	=====	=====

20. LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação foi calculado como segue:

	Controladora	
	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	71.788	19.944
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	69.268	19.244
Ações preferenciais	2.520	700
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	1.258.019	1.258.019
	-----	-----
	39.299.130	39.299.130
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias – R\$	1,8209	0,5059
Ações preferenciais – R\$	2,0030	0,5565
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação.

* * * * *